Missão católica e comércio de escravos no Reino do Congo do Século XVIII.

Thiago Clemêncio Sapede[1].

A presente comunicação tratará da relação entre a missão católica e o tráfico de escravos na costa centro-africana na segunda metade do século XVIII, buscando compreender o vínculo entre projeto comercial Português e a missão de "recristianização" do reino do Congo, questões que aparecem como centrais na documentação disponível sobre o período.

Para uma compreensão mais geral do contexto do tráfico de escravos na costa congolesa utilizaremos o trabalho da historiadora norte-americana Suzan Herlin Broadhead, principal estudo dedicado especificamente ao período, que contempla habilmente a conjuntura econômica da costa congolesa no contexto de fragmentação política e econômica [2]. Este trabalho será uma importante ferramenta para compreendermos a centralidade da questão comercial nas fontes disponíveis sobre o período.

Devemos destacar, porém, o caráter fragmentário e insuficiente das fontes primárias disponíveis para uma leitura mais ampla da conjuntura histórica congolesa. Os documentos mais consistentes e completos são textos escritos por missionários e, como sabemos, trata-se de um corpus documental unilateral, carregado da visão ocidental católica sobre a sociedade congolesa. Possuímos também um conjunto de correspondências trocadas na década de 1780 entre autoridades congolesas, eclesiásticas e da coroa portuguesa que nos auxiliarão na contextualização e problematização dos relatórios de missão. Assim, buscaremos realizar um exercício minucioso de leitura e crítica dos documentos para compreendermos as entrelinhas daquilo que foi escrito e levantarmos questões sobre os bastidores desse intento catequético. Por isso, conscientes do caráter fragmentário e parcial da documentação, através de cuidadosa

[1] Mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Marina de Mello e Souza. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

[2] Broadhead, Suzan H. *Trade and Politics on the Congo coast*. 1790-1890. Boston University. 1971. A mesma autora tem um artigo que sintetiza as mesmas idéias da tese, acrescentando algumas fontes: Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 12, No. 4. 1979. pp. 615- 650. Boston University African Studies Center.

crítica documental, buscaremos lançar pequenos "feixes de luz" sobre tão obscuro período da história congolesa.

Fragmentação econômica e trafico de escravos

A História do reino do Congo no Século XVI e XVII foi bastante explorada pela historiografia, foi um período de intensa relação com europeus: missionários católicos e mercadores de escravos na costa congolesa[3]. Desde o reinado de Afonso I, iniciado em 1530 até a morte do rei de Garcia II em 1641, a política congolesa foi marcado por forte centralização do poder, incentivo na adoção do cristianismo e de outras características culturais europeias e no campo econômico por intenso comércio de africanos escravizados com mercadores portugueses na costa. Esses fatores, juntamente com o intenso controle das rotas de escravos pelos reis congoleses do período permitiu que fosse estabelecida uma parceria comercial sólida entre Portugal e Congo, bastante lucrativa para ambos os reis.

Em meados do século XVII se instaurou uma crise política no Congo e o poder do Rei Garcia II se encontrava ameaçado, sobretudo por razões internas, como conflitos com rivais de importantes províncias de Nsoyo e Ndembo. Além das turbulências internas havia também forte ameaça externa dos portugueses, que através da colônia de Angola partiram para hostilidades militares nos territórios vizinhos, principalmente aqueles que na época apoiavam os holandeses que ameaçavam as conquistas portuguesas na África. Esse contexto de turbulências internas e externas culminou em guerra no ano de 1665, na qual o exército do Congo enfrentou o grupo pró-português na estratégica região de Ambuíla, no vale do rio Ulanga. Foi uma batalha de enormes proporções, missionários que presenciaram a batalha estimaram que quase cem mil congoleses lutaram, em significativa maioria numérica contra os portugueses. Apesar dessa vantagem o exercito português era mais bem preparado e organizado (principalmente pela presença massiva de Imbangalas, guerreiros profissionais contratados) e a derrota congolesa foi contundente e traumática, contabilizando centenas de membros da elite e o próprio rei do Congo Antônio I como mortos. Após a guerra, as

[3] O termo "reino" aparece na documentação desde finais do século XV, também em toda historiografia sobre o Congo. Justifica-se pela semelhança na complexidade e hierarquia da organização política aos reinos europeus modernos, semelhança suficiente para que se use a mesma terminologia. O mesmo ocorre para diversos outros "estados" centro-africanos.

disputas sucessórias internas ao Congo, comandadas pela província de Nsoyo, entre outras, foram acirradas e se iniciou um intenso processo de desorganização política e econômica. [4]

A crise ocorrida após a batalha em Ambuíla contribuiu para o enfraquecimento do poder central ligado ao mani Congo e à capital Mbanza Congo e possibilitou ascensão dos poderes locais, causando intensa fragmentação comercial na costa congolesa. Membros das elites das "províncias" que antes não participavam autonomamente do comércio de escravos passaram a controlar pequenas rotas do interior para a costa e a venda dos escravizados para mercadores nos portos mais próximos. Tornando-se assim novos alicerces do tráfico de escravos, realizados, sobretudo com holandeses, ingleses e franceses, que aproveitando a tendência à fragmentação dominaram comercialmente a costa congolesa se aliando diretamente com pequenas chefaturas. A pluralização desse comércio também ocorria nos interiores, nas rotas que conectavam os mercados de escravos aos portos na costa, por onde passavam as caravanas. Os mercados no interior tornaram-se grandes pontos de comércio, não só de escravos, como de outros bens. Susan Broadhead afirma que este comércio e as saídas de caravanas para a costa eram estritamente geridos pelos chefes locais, que oferecia grande fonte de legitimidade aos mesmos. O tráfico proporcionava às elites mais do que controle sobre os bens, como possibilidade de alargar suas conexões, realizar novas alianças, ter mais esposas e filhos. Ou seja, capacidade de agregar cada vez mais pessoas numa relação de dependência, principal fonte de legitimidade e poder para no sistema sócio-político congolês.[5]

O movimento de legitimação dessa elite e intenso controle local sobre as feiras e caravanas fez da segunda metade do século XVIII um período de absoluto controle africano sobre a escravização e venda de cativos no Reino do Congo. Poucos europeus conseguiram ir além dos fortes no litoral, exceção feita aos entornos de Luanda, onde

[4] Thornton, John K. *The Kingdom of kongo. Civil war and transition. 1641-1718.*" Winsconsin press. 1983. P. 69-83. E: The origins and early History of the Kingdom of Kongo, 1350-1550. *International Journal of African Historical Studies*, V34, No. 1 . Cambridge University Press , 2001

[5] Broadhead, Susan H. *Trade and Politics on the Congo coast*. 1790-1890. Boston University. 1971. p 47

Portugal controlava mais diretamente as rotas de escravos através de alianças com a participação de mestiços europeizados e da guerra.

Se a participação portuguesa nos interiores era muito restrita, sua hegemonia comercial no atlântico também fora perdida. Os comerciantes holandeses, ingleses e franceses já dominavam o lucrativo comércio atlântico e negociavam diretamente com os chefes locais. Isso proporcionava às elites centro-africanas total independência dos mercadores portugueses de Luanda, antes hegemônicos. Além disso, negociar com portugueses já não era interessante para as elites locais congolesas, pois seus produtos eram mais caros, devido às taxações sofridas por angola, e de menor valor. Inglaterra e Holanda possuíam acesso a produtos como tecidos, armas de fogo, entre outro, muito mais valorizados pelos africanos do que os conhecidos produtos lusos. Essa conjuntura de fatores fez dos portugueses meros coadjuvantes no lucrativo sistema de captura, transporte e comércio atlântico de africanos escravizados que articulava o reino do Congo e outros pequenos estados vizinhos ao sul durante o século XVIII. [6]

Diante dessa conjuntura, os lusitanos tentaram reverter essa desvantagem comercial através de domínio militar, a partir de meados da década de 1770 partiram para uma ofensiva rumo ao norte de Luanda, incluído o sul do reino do Congo, objetivando controlar o comércio de escravos e impedir a venda de cativos para seus concorrentes europeus na região de Cabinda e nas embocaduras dos principais rios congoleses: Ambriz e Congo. Mas a estratégia de construir fortes nessas regiões não funcionava como nos territórios Mbundos, onde Portugal dispunha de reinos avassalados. A tentativa de obter exclusividade na compra de escravos desagradava às elites locais, que recusavam abrir mão das lucrativas parcerias com outros comerciantes europeus.

Os angolanos, desta forma, se viam impossibilitados de realizar alianças locais e viam utilizavam a guerra como tentativa de dominar a força esse comercio. Apesar de

[6] Broadhead, Suzan H. *Trade and Politics on the Congo coast*. 1790-1890. Boston University. 1971. A mesma autora tem um artigo que sintetiza as mesmas idéias da tese, acrescentando algumas fontes: Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 12, No. 4. 1979. pp. 615- 650. Boston University African Studies Center.

possuírem forte poder de ataque, muitos mosquetes e um numeroso e profissional exército, composto principalmente por Imbangalas contratados e parceiros de reinos avassalados, Portugal não possuía estrutura para se estabelecer nas regiões. Pouco tempo após as vitórias, seus soldados contratados se retiravam dos locais dominados deixando lá poucos oficiais portugueses. Conhecendo bem essa fragilidade portuguesa, os congoleses e sociedades vizinhas evitavam os confrontos militares, deixando que os territórios fossem dominados e aguardando pela retirada da massa de soldados para finalmente realizarem ataques. Desta forma, a falta de alianças locais impossibilitava a longevidade das instalações portuguesas, que em pouco tempo se encontravam isoladas, sem capacidade de resistir às constantes hostilidades.

Além dos conflitos locais com congoleses e outros pequenos estados, os portugueses também travaram batalhas diplomáticas contra seus concorrentes europeus no tráfico atlântico. A tentativa da coroa portuguesa de reassumir a hegemonia comercial na costa centro-africana desagradou às demais coroas europeias, que tinham ali grande fonte de renda. Em uma das ocasiões de confronto, os portugueses tentaram atravancar o comércio entre os franceses e os reinos de Ngoyo, Luango e Malimba, na da região de Cabinda, e construir um forte na região. Os franceses, vendo seus negócios ameaçados, enviaram uma expedição comandada pelo prestigiado almirante Marighy e após longas negociações, envolvendo as nações europeias e as elites locais cabindenses, os portugueses se viram obrigados a abandonar o território em junho de 1784 antes do fim da construção do forte. Algo semelhante ocorreu no ano de 1791 quando os portugueses iniciaram a construção do tão almejado forte na embocadura do rio Ambriz, um dos principais rios do Congo, essencial para escoamento de cativos para a costa, atacando também a província de Mossul, na época importante parceira de mercadores ingleses. Houve, em contrapartida, forte pressão diplomática inglesa, feita diretamente entre Londres e Lisboa que fez com que D. Maria, Rainha de Portugal, ordenasse aos militares angolanos que demolissem o forte a abandonassem a região imediatamente[7].

Frente ao contexto comercial atlântico da costa congolesa é possível afirmar que o processo de descentralização do poder político e econômico do reino do Congo ocorrido no século XVIII e a intensa fragmentação do controle sobre as rotas de cativos,

[7] Idém 2. p 114.

que pluralizou o comércio com concorrentes europeus, trousse enormes prejuízos à coroa portuguesa e esse fato é de extrema importância para compreensão do significado da missão católica e da documentação que será discutida adiante.

Interlocutores e intencionalidades nos textos missionários:

Analisaremos as evidências da relação entre o projeto da missão católica e os interesses portugueses de retomada da hegemonia da compra de escravos na costa congolesa na documentação.

O relatório missionário de Frei Castelo Da Vide é o principal e mais extenso documento missionário conhecido que data da segunda metade do século XVIII. Da Vide missionou por aproximadamente dez anos no reino do Congo (1779 a 1788) e durante esse período presenciou diferentes acontecimentos políticos, foi vigário geral do Congo, habitou na capital e teve relação próxima com os reis do Congo. Além disso, viajou muito para diferentes províncias próximas e afastadas da capital, sempre em contato próximo com as elites locais.

O relatório dos dez anos de missão de Frei Rafael encontra-se montado como um mesmo documento, bastante extenso e organizado cronologicamente na forma de um diário. Mas de fato é composto por quatro diferentes textos, todos eles de autoria do mesmo padre, escritos em datas diferentes e por isso em contextos e com objetivos diferentes. Se nos apreendermos ao caráter informativo dessa documentação, não encontraremos muitos elementos para a compreensão das motivações e dos bastidores desse projeto missionário, tampouco sobre a relação da missão com a conjuntura comercial da costa congolesa. Naturalmente, o texto de Frei Rafael é focado em questões religiosas e em seu trabalho catequético, mas havia por detrás dessa intencionalidade e para além das motivações divinas deste projeto uma estrutura institucional que patrocinava a missão e oferecia condições materiais para o sustento dos missionários e da própria liturgia católica. Uma ferramenta que temos para acessar essa estrutura oculta à missão é a crítica documental dos relatórios missionários, sobre tudo no questionamento sobre a intencionalidade na produção e interlocutores dos textos. O fato de o documento ser composto por quatro diferentes relatórios, produzidos

e remetidos em diferentes contextos, enriquece as possibilidades de leitura crítica e comparativa interna ao documento.

Os quatro relatórios de Frei Rafael Castelo Da Vide foram enviados à Portugal em datas diferentes: 1781, 1782, 1783 e 1787. Um elemento importante para compreensão dos interesses ocultos no projeto missionário é questionar o documento quanto aos seus possíveis interlocutores. Todos os documentos são prioritariamente endereçados à ordem franciscana da província de Piedade, da qual o missionário fazia parte, pois como se trata de um relatório do trabalho missionário é natural que seu superior direto na ordem franciscana fosse o interlocutor principal. Mas a partir da segunda correspondência, nota-se que há outros interessados em receber informações sobre seus trabalhos:

"A segunda relação da minha Missão, que faço com os fins nela mencionados; e porque foram outras para o Ex.mo Senhor Bispo e Senhor General, quero igualmente fazer uma para animar meus irmãos, se alguém quiser ocupar-se de tão meritório fim.[8]

Esta cópia tem como principal finalidade fazer propaganda da missão para seus irmãos missionários e animá-los também a aderir o trabalho catequético nos interiores da África, e em diversas passagens Da Vide deixa essa intenção muito explícita. Nos chama atenção o fato do missionário citar cópias anteriores remetidas a principal autoridade eclesiástica e militar de Angola, ambos portugueses, e textos que provavelmente foram encomendados pelas mesmas autoridades, guiados por interesses que deveriam ir além da catequese. É possível especular que os textos produzidos para a autoridade militar Capitão Geral tenha conteúdo diferente da cópia que dispomos, pois para a principal autoridade temporal portuguesa na África os interesses deveriam ir além da expansão da fé e salvação das almas, tratando provavelmente questões estratégicas e comerciais.

Temos outras evidências do interesse por parte dessas duas autoridades por informações pragmáticas sobre a situação congolesa. Em carta enviada pelo mesmo Bispo de Angola: Frei Alexandre da Sagrada Família, para um oficial da coroa em

[8] O bispo citado é o de Angola Congo Alexandre da Sagrada Família que ocupa o posto em Luanda, e Senhor General trata-se do Capital Geral(ou capitão Mor) maior autoridade militar portuguesa na África que ocupava o posto em Luanda. Seus "irmãos" seriam os missionários franciscanos da província mesma província de piedade Ibdem P 107

Lisboa em 1785, é citada a importância e necessidade de receber notícias atualizadas e claras de Da Vide sobre o reino do Congo: *"Escrevi a Frei Rafael, rogando-lhe que viesse a esta cidade, a fim para me dar em voz as informações que por escrito sempre são escassas e confusas, e pouco úteis(...)"*[9]O questionamento quanto a escassez ou pouca utilidade das informações é algo que chama atenção na carta do bispo, pois demonstra que mesmo sendo um membro da igreja, suas intenções em relação ao Congo iam além do projeto religioso.

As motivações das autoridades portuguesas ficam ainda mais evidentes no ultimo dos relatórios escrito por Castelo Da Vide em 1787, no qual aparece claramente uma intencionalidade diferente em relação aos textos anteriores. Aqui Da Vide não cita "seus irmãos" como interlocutores, e tampouco tem como preocupação incentivar o envio de novos missionários. Seu relato é mais frio e pessimista, centrando-se nas dificuldades do seu trabalho e nas condições precárias das missões nos interiores africanos. Nesse relatório, sua narrativa é mais objetiva e enfatiza fatos políticos e questões que envolvem o comercio de escravos. De fato, atende as recomendações do Bispo que reivindicou informações mais pragmáticas. Vale notar que esta etapa do texto foi escrito após uma reunião que Frei Rafael teve com o Bispo em 1785 em Luanda, e a mudança de seu foco narrativo provavelmente ocorreu por recomendações superiores. Certo rancor sobre a obrigação de dar úteis informações aparece no início de seu texto:

> *"Débeis serviços de inútil servo, indignos de se narrarem, e muito menos pela minha própria mão, motivo por que tenho demorado há três anos esta relação, ou também por me parecer não ter mais que dizer, que o que está dito nas relações antecedentes; mas a obediência me obriga, e me constrange com um rigoroso preceito, a que não resisto, mas, com amargura e temor, refiro o que tenho passado (...)".*[10]

Ainda sobre a questão dos interlocutores e do contexto de produção do documento, é importante tratar do outro documento de missão que dispomos para o período: o relatório do Frei Capuchinho Raimundo da Decamana, escrito quase uma década mais tarde. Esse relato não nos informa sobre a estrita ligação entre a missão e as autoridades angolanas, como faz Da Vide. Não é um diário de missão, mas um

[9]Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 28.

[10] Idem 7 p 229.

relatório descritivo, subdividido por tópicos que trata basicamente da organização política, social e religiosa congolesa. É difícil, por isso, determinar por onde Frei Raimundo missionou e qual foi sua atuação específica junto à colônia de Angola ou a coroa portuguesa. Mas se questionarmos a intencionalidade na produção do relatório e seu interlocutor podemos extrair algumas pistas.

Os capuchinhos foram os missionários mais presentes no Congo no século XVII, época do apogeu das missões no Congo. Uma das especificidades que fazia dos capuchinhos tão apreciados pelo Rei do Congo era sua independência em relação à coroa portuguesa e à Angola. As missões capuchinhas foram intensamente promovidas, durante parte do século XVI e todo o XVII diretamente pelo papado em Roma, com o objetivo de retomar o controle que Portugal e Espanha exerciam sobre a missão no "novo mundo" através do Padroado e tendo como parceira principal a Companhia de Jesus. Por isso movimento da perda de território português e jesuíta no início do século XVII era interessante para elites congolesas, pois não dependiam mais diretamente de Portugal, e para o papado, que expandia seu poder para além-mar. [11]

Apesar do contexto anterior da independência capuchinha, é possível afirmar que na segunda metade do século XVIII existe sim algum tipo de dependência dos capuchinhos à Angola quando observamos o interlocutor principal do texto do missionário Raimundo da Decamana:

"Informação sobre o reino do Congo, apresentada ao II.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel António de Melo, governador, e Capitão Mor do Reino de Angola (...)Para satisfazer o pedido, que V. Ex.a me fez de lhe relatar por escrito o que vi e pude saber no decurso de três anos, que ocupei indignamente o posto de Missionário do Reino do Congo(...)". [12]

Este relatório foi enviado ao governador de Angola a pedido do mesmo, o que indica que a característica independência dos Capuchinhos que missionaram no Congo

[11] Gonçalves, Rosana A. *África Indômita. Missionários Capuchinhos no Reino do Congo (século XVII).* Dissertação de mestrado em História Social. Universidade de são Paulo. 2008. p 56-65. Trabalho que excelente para discussão da especificidade da missão capuchinha e a relação estrita dessa ordem com o reino do Congo.

[12] Manuscrito original: Frei Raimundo da dicomano. *L'informazione sul regno del Congo.* Arquivo Histórico Ultramarino, Diversos, caixa 823, sala 12

p 2. Utilzei a tradução publicada pelo editor Arlindo Correa publicado eletronicamente em: www.arlindocorrea.com

sobre Angola durante o século XVII, talvez não se aplique ao contexto fragmentário do século XVIII. Essa evidência, frente ao contexto apresentado por castelo Da Vide na década anterior, nos sugere que as missões desse período dificilmente se sustentariam sem o apoio da coroa portuguesa e das autoridades angolanas.

Há outras evidências que vinculam a missão capuchinha no período com autoridades angolanas. Em carta enviada em 1785 pelo bispo de Angola Alexandre da Sagrada Família a um oficial da coroa portuguesa Martinho de Mello e Castro são citadas informações recebidas por capuchinhos missionando em Nsoyo: *"Se não são encarecidas as notícias que este Padre me dá, só naquele Reino há alguma coisa de Religião, como também em Sonho, segundo notícias dos Capuchinhos o mais terreno onde os brando põe os pés, está inteiramente perdido(...)"*[13]

Podemos supor, baseando-nos na questão da interlocução das fontes, que a missão católica empreendida nas décadas finais do século XVIII era muito diferente daquelas de séculos anteriores no que diz respeito à relação de dependência entre os missionários e a colônia de angola e em ultima estância à coroa portuguesa. Mesmo aqueles missionários europeus de outras nacionalidades e ordens religiosas diretamente ligas ao papado, como a capuchinha, eram dependentes ou vinculados às autoridades angolanas em algum grau. Autoridades estas, que como observaremos, tinham interesses muito específicos na reaproximação com o reino do Congo e muito empenho nessa no projeto missionário.

Coroa portuguesa e o financiamento da missão

A evidência mais direta entre a relação do projeto comercial português com a missão católica no Congo durante a segunda metade do século XVIII aparece na questão do financiamento e preparação da missão, tema recorrente na documentação, principalmente no diário de Frei Rafael e nas cartas entre autoridades portuguesas, angolanas e congolesas. Logo no início de seu primeiro relatório, Castelo Da Vide afirma:

[13]Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70

"...foi esta Missão de grande empenho da Rainha Nossa Senhora, assim para restabelecer a Cristandade, que aqui foi plantada pelos Portugueses, como também para renovar a antiga amizade, que sempre houve entre o Congo e Portugal, e os Reis de um e outro Reino, o que esperamos conseguir pelo grande agrado, que temos encontrado neste Rei do Congo, e nos maiores fidalgos, anuindo a tudo o que se propõe, e esperamos principalmente nele integrar a Cristandade que aqui achamos muito descaída" [14]
Adiante: *"Tendo a muito Augusta, Pia e Religiosa Rainha de Portugal, Dona Maria Primeira Nossa Senhora, que Deus guarde, mandado convidar toda a hierarquia eclesiástica do seu Reino para ir cultivar a vinha do Senhor, que em seu Estado de Angola se encontrava quase toda dissipada..."*[15]

Fica claro que o projeto de intensificar as missões e de "reerguer" o catolicismo no Congo tinha como incentivadora a coroa portuguesa na figura da Rainha D. Maria I aparentemente a "cabeça" de todo esse projeto, que vinculava os objetivos "restabelecer a cristandade" e "renovar a amizade que sempre houve entre e Congo e Portugal". Nessa argumentação, o catolicismo aparece como elemento capaz de restabelecer a decadente parceria entre Portugal e Congo e justificaria o grande empenho da Rainha para tal fim.

D. Maria I, assumiu o trono em 1777 num contexto de volta dos conservadores ao controle do reino português após a "era pombalina" na qual ocorreu forte movimente anti-missionário encabeçado pelo secretario de estado Marquês de Pombal, movido por preceitos do liberalismo e da ilustração, em alta em outras nações europeias na época. A nova rainha portuguesa tinha uma política absolutamente oposta, apresentando forte ímpeto religioso, pelo qual ganhou o nome de "D. Maria I a Pia". Realizou, no período, grande incentivo às missões e a ampliação do catolicismo no ultramar. Além das missões D. Maria patrocinou outras diversas medidas em Portugal e nas colônias como a publicação de um catecismo em quimbundo no ano de 1784, com o objetivo de facilitar a conversão e práticas da catequese na região de Angola[16].

A expedição missionária que Castelo Da Vide integrou, atendendo às reivindicações de da rainha, levou à África vinte e cinco missionários, pertencentes a diferentes ordens, que partiram de Lisboa no dia 22 de junho de 1779. Acompanhando

[14] Idém 9 *p 4*

[15] Ibdem *p 6.*

[16] Vansina, Jan. Portuguese vs Kimbundu : Language Use in the Colony of Angola (1575 - c. 1845) *in Bull. Séanc. Acad. r. Sci. Outre-Mer Meded. Zitt. K. Acad. overzeese Wet. 47. 2001-3. P. 267-281*

os religiosos, estava o "Capitao General do Reino de Angola" José Gonçalves de Camara que segundo Fr. Rafael "trazia de nossa Soberana particulares recomendações" e foi personagem ativo na preparação dos religiosos. Após a chegada em Luanda os missionários foram delegados pelo Capitão Mor e o Bispo para diferentes localidades, incluindo territórios nos interiores de Angola. Da Vide relata que a comitiva que saiu para o Reino do Congo foi a ultima a partir de Luanda, pois era a prioridade do Capitão Mor e da Rainha e por isso deveriam estar mais bem preparados, para atender recomendações específicas das autoridades portuguesas e também melhor financiados pela real fazenda. No dia 8 de Agosto de 1780 partem os quatro missionários: dois franciscanos, um beneditino e aquele que foi o único companheiro de Da Vide a sobreviver durante todo o período de seu relato: *"Pe. Andre de Couto Godinho, presbítero do hábito de São Pedro, clérigo preto, mas de alma bem branca pelas suas virtudes."* [17] Pe. Godinho aparece como figura ativa na narração de Frei Rafael, mas sua origem não é discutida pelo padre, infelizmente apenas possuímos notícias sobre esse religioso negro na narrativa de seu companheiro, que não informa sua origem.

Não é possível saber o tamanho da comitiva que acompanhou os padres, mas ela parece ter sido composta por diversos carregadores, condutores e intérpretes, que levavam além dos religiosos muitos suprimentos, presentes e objetos de culto: rosários, hóstias, vinho, imagens de santo, entre outros; tudo isso patrocinado pela fazenda real.[18]

Além das evidências do enorme empenho financeiro da coroa portuguesa na missão congolesa encontradas no texto de Castelo Da Vide, há uma carta remetida em 1785 pelo Bispo Frei Alexandre da Sagrada Família ao Rei do Congo D. Afonso V que, entre outras coisas, pede ao rei que monitore e proteja os Padres quando esses viajam pelos interiores do reino e trata do alto custo dessas missões. Escreve o Bispo:

"Mas como nos consta que esta presente estação não é conveniente para viajar pelos sertões, o mesmo desejo de os assegurar a V. Majestade, nos obriga a demorar-lhes a partida, para tempo menos penoso e arriscado. Como o transporte dos outros Padres foi tão cheio de inclamidades, quiséramos que V. Majestade desse com tempo tais providências, que estes segundos possam chegar sem perigo à Corte de V. Majestade. Porque, Senhor, além de ser muito preciosa a vida de um Missionário, principalmente

[17] Ibdem p 23.

[18] Ibdem p 23

onde há tão poucos, deve-se também atentar a grande despesa que a Rainha Fidelíssima de Portugal, minha graciosíssima Soberana, faz com estes Padres, que lhe custa cada um acima de setecentos mil reis de moeda Portuguesa... "[19]

Nesses setecentos mil réis, provavelmente exagerados, que o bispo afirma custar cada missionário, devem estar inclusos os custos gerais da missão, pois de Angola vinha todo o material de culto dos missionários. A questão do material de custo é constante nos relatos, os padres tiveram a preocupação constante em buscar ou pedir materiais de Angola e por vezes se viam impedidos de prosseguir os trabalhos sacramentais por carência material. Angola é claramente o posto de abastecimento da missão.

Os missionários recebiam também salários anuais de oitenta mil réis, pagos pela rainha pelos serviços prestados à coroa portuguesa, mesmo quando serviam à "coroa" congolesa. [20] Tendo em vista esse empenho financeiro e a dependência direta que os missionários e a liturgia católica tinham da coroa portuguesa, fica mais evidente a vinculação do projeto catequético com interesses temporais de instituições portuguesas. Já os religiosos, independentemente das mais cristianíssimas motivações para o trabalho de catequese, dependiam das autoridades portuguesas sediadas em Angola (Bispo e Captião Mor) para sua sobrevivência e para realização de seu trabalho diário.

As evidencias apresentadas anteriormente vinculam o projeto de cristianização ou "recristianização" do Congo aos interesses da coroa Portuguesa na retomada da antiga parceria que portugueses gozavam em épocas de centralização política congolesa no século XVI e início do XVII. Se cruzarmos essas evidências com o contexto comercial da costa congolesa na segunda metade do século XVIII apresentadas anteriormente, parece possível afirmar que a disseminação do cristianismo, que se acreditava decadente, era o meio pelo qual os portugueses buscavam retomar a aliança com o Rei do Congo. E através da aliança entre os reis do Congo e Portugal, cimentadas pelo catolicismo que compartilhavam, Portugal conseguiria recuperar sua participação no lucrativo comércio de escravos na Costa congolesa.

[19] Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 28.

[20] Ibdem p 223

Rei Afonso V e a ofensiva comercial portuguesa (1784-1787)

O reinado de Afonso V, apesar de muito curto, foi mais bem documentado do período em questão, repleto de fatos decisivos para compreendermos a atuação portuguesa e a relação entre interesses comerciais e a missão católica. O Rei Afonso V antes de se tornar rei já havia chamado atenção de Fr. Rafael pelo engajamento com a igreja católica, da qual Afonso era mestre catequista e pela "urbanidade de português" e conhecimento da língua portuguesa[21]. O bispo de Angola soube através da terceira parte da relação de Da Vide, enviada em Fevereiro de 1784, que D. Afonso V tinha sido coroado como novo Rei do Congo. Assim que recebeu a notícia, Frei Alexandre da Sagrada Família, remeteu uma carta ao Rei do Congo, comemorando a possibilidade de se comunicar diretamente em português com o letrado rei. Nesta carta, além de tratar de temas da religião, o Bispo age como porta voz do projeto comercial português reclamando da pouca participação portuguesa na compra de escravos dos congoleses:

"(...) os vassalos de V. Majestade felizes pela amigável aliança, que subsiste entre os dois impérios; a qual aliança pouco interessa a mesma Senhora [Rainha de Portugal] pelo pouco comércio que os Vassalos de V. Majestade hoje fazem com os Portugueses". [22]

O Rei D. Afonso V enviou também uma carta ao Bispo, provavelmente antes de receber a carta citada anteriormente na qual o Rei do Congo pede por mais missionários. Afonso de Leão, mesmo antes de se tornar Rei, tinha sua legitimidade de chefe (na época Marques de Pemba) muito atrelada aos elementos cristãos, por isso é compreensível que houvesse grande interesse em intensificar as missões em seu território[23]. Mas, ao contrário do Bispo de Angola, o Rei apresentou interesse numa reaproximação inicial apenas no âmbito religioso, sem citar interesse em parcerias comerciais com Portugal, que como vimos não era financeiramente favorável aos nobres congoleses.

---

[21] *"O irmão mais moço* [do rei José I] *chamado D. Afonso, em cuja Banza estivemos os três meses, é o mais atencioso, urbano, cortês, que temos encontrado de costumes, e urbanidade de Português; escreve este, e o lê, e entende alguma coisa, de grande estatura, e poderoso, mas humilde e sujeito à Igreja, de que é Mestre, ou Intérprete." (Da Vide p 84)*

[22] Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70 *doc 28.*

[23] *A* carta do rei foi escrita apenas nove dias após a data de assinatura da carta episcopal e as correspondências, em geral, demoravam mais do que isso para chegarem de Mbanza Congo à Luanda.

Junto à primeira correspondência do Bispo para o Rei do Congo chegou ao missionário Fr. Rafael uma orientação para que fosse à Luanda, acompanhar dois novos missionários, que tinham sido delegados também para o Congo. Ele chegou à Luanda em 11 de Julho de 1785 acompanhado por um embaixador do Rei do Congo, que portava uma nova carta enviada por Afonso V ao bispo e outra ao Governador Geral de Angola.[24] Ambas as cartas, ao contrario daquela anteriormente citada, tratam de comércio de cativos, e apresentam a retomada dos negócios com portugueses como interesse do Rei do Congo. Ao Bispo escreve:

"Conheço e agradeço nisto muito quanto a minha Irmã Soberana Rainha de Portugal faz pelo bem do meu Reino, e Reis antigos tiveram boa amizade, quanto ao negócio, venham todos sem medo, eu quero que os Portugueses venham sempre aqui negociar com a minha gente e já vêm muitos." [25]

E ao Governador Geral:

"(...) esta minha Real Carta é feita por minha mão em sinal de amor e boa amizade e quero que todos os portugueses venham aqui negociar como dantes, sem medo, porque eu os hei-de defender e não poderão padecer algum mal." [26]

Frei Rafael provavelmente foi o mediador diplomático entre a vontade do Rei de ter mais padres no Congo e a intenção portuguesa de usar dos argumentos católicos para retomar as parcerias comerciais com fornecedores de escravos congoleses. Isso talvez justifique a repentina vontade, que veremos ser muito fugaz, do Rei em retomar a venda de escravos para traficantes portugueses. Fica evidente no quarto relatório de Frei Castelo Da Vide, sua atuação como agente diplomático das autoridades angolanas, para barrar o comércio com os concorrentes europeus da coroa portuguesa. Nesse relato, Da Vide quer reforças aos seus principais interlocutores: Bispo e Capitão Gerel de Angola, seu esforço em convencer às elites do Congo em não mais comerciarem com holandeses, franceses e ingleses; denominados de "hereges" por serem protestantes. Mas esse esforço foi quase sempre inútil:

"...e nós mesmos vimos frustrados os nossos intentos, que eram ver se podíamos atalhar aquela venda dos Cristãos para os hereges, porque, visto eles se venderem uns aos outros, fossem ao menos os escravos para terras de Católicos, já que não podíamos de todo atalhar, e em secundário seria algum

[24] (citação: Relato de Da Vide p 237-238 que fala das cartas e da embaixada, e citar ambas as cartas Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 8.

[25] Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 28

[26] *Idem 28*

bem ao Estado, e se poderiam continuar estas Missões, e serem os Padres mais bem assistidos pela maior comunicação entre as duas potências, e franqueza dos caminhos, mas tudo tem sucedido pelo contrário, e a iníqua venda para os hereges persiste, e o negócio dos brancos acabou." [27]

É importante notar como o argumento religioso aparece como justificativa da promoção dos traficantes portugueses como mais adequados para parceiros dos "produtores" de escravos congoleses por serem também cristãos. Como podemos observar no excerto acima, os europeus protestantes são definidos como "hereges" e os "brancos" ou "católicos" são definição para os portugueses. Nessa curiosa argumentação do Padre, os congoleses estão muito mais próximos dos portugueses, por serem católicos, do que seus vizinhos protestantes da Europa. O catolicismo aparece aqui como elo que liga Portugal e reino do Congo como reinos irmãos, e os diferencia dos hereges europeus e dos gentios africanos não católicos. (citar trecho onde Da Vide os chama de gentios)

Como discutimos anteriormente, Da Vide usa o argumento do cristianismo para afirmar existir uma proximidade entre os membros da elite do Congo e mercadores portugueses, e assim justificar essa parceria mais adequada no campo da fé. Ele vai ainda além, argumentando que os próprios escravos congoleses, por serem católicos, não deveriam ser vendidos para hereges e sim para mãos de traficantes cristãos e o próprio escravizados temem por sua alma quando entregadas às mãos heréticas dos protestantes:

> *"Deus parece que permite pelos pecados do povo este mal que até aos mesmo Mexicongos é gravoso: estão vendo ir os seus filhos para os hereges; os mesmos que vão vendidos para eles choram, gritam, temem, queriam antes ir para os Católicos, e o mal não se remedeia, cada vez cresce mais; os Padres clamam, não são ouvidos, nunca lhe dissemos que os vendessem aos nossos ainda quando aqui estavam, para eles não cuidarem, que era amor da Nação, e não das suas almas, mas hoje se desenganam; que não há negócio dos Portugueses, e nós não cessamos de clamar, …."*[28]

Diante dessas evidências, não restam dúvidas da relação entre missão católica no Congo nas décadas finais do século XVIII e o projeto comercial português de retomar o monopólio, ou ao menos retomar parte significativa do tráfico de escravos na costa

[27] *Idém p 254*

[28] Mexicongo são membros da elite congolesa, em geral vinculada à Mbanza Congo e ao Mani Congo reinante. Ibdem p 255

congolesa. Parece evidente também a atuação missionária nesse projeto é determinante, e é ancorada num ideário da cristandade como campo que aproxima portugueses dos congoleses, os definindo como irmãos e tornando hereges ou gentios todos não católicos, independente se sua origem era europeia ou africana.

Bibliografia

Broadhead, Susan H. *Trade and Politics on the Congo* coast. 1790-1890. Boston University. 1971

_____Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies,* Vol. 12, No. 4, (1979), pp. 615- 650. Boston University African Studies Center

Hilton, Anne. *The kingdom of Kongo.* Oxford University Press. 1985

Gonçalves, Rosana A. *África Indômita. Missionários Capuchinhos no Reino do Congo (século XVII).* Dissertação de mestrado em História Social. Universidade de são Paulo. 2008

Thornton, John K. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition. 1641-1718.*" Winsconsin press. 1983.

_____ *The Kongolese Sant Anthony. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Anthonian moviment, 1984-1706. B*ridge press 1998.

_____ The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *The jornal of African History*. Cambridge University Press, 1985.

_____Portuguese-African relations, 1500-1750. In: Jay A.Levenson. (Org.). *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th and 17th Centuries. Essays.* Washington, DC: Smithsonian Institution, 2007. p 57-65

Vansina, Jan. *Kingdoms of the Savana*. Winsconsin Univ Press. 1966.S.

_____ Portuguese vs Kimbundu : Language Use in the Colony of Angola (1575 - c. 1845) *in Bull. Séanc. Acad. r. Sci. Outre-Mer Meded. Zitt. K. Acad. overzeese Wet. 47. 2001-3. P. 267-281*

Fontes primárias:

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, caixa 70, documentos 8, 23, 28, 27.

-Brásio, Antônio: *Informação do Reino do Congo,de Frei Raimundod e Dicomano*, em Revista Studia, XXXIV Lisboa. (1972). 19- 42.

Frei Rafael Castello da Vide: *Viagem e missão no Congo*. Academia das Ciências de Lisboa, MS Vermelho 296, Rafael de Castello de Vide, 73.

Esse documento possui uma versão digitalizada online no site de Arlindo Corrêa: http://www.arlindo-correia.com/161007.html